

NOVA CONSTITUIÇÃO

Parlamentarismo é visto como certeza

O plenário da Constituinte decidirá, no início de junho, se o sistema de governo deve ser definido antes da redação do projeto da nova Constituição. A tendência da Constituinte é pela mudança do regime, mas não há consenso sobre o modelo parlamentarista a ser adotado.

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) anunciou que já conseguiu as assinaturas de dois terços dos senadores e deputados para sua emenda constitucional parlamentarista. Pela Constituição em vigor, a emenda, com dois terços terá prioridade na tramitação. O Congresso, porém, sustou as emendas constitucionais durante a Constituinte.

DECISÃO RÁPIDA
O senador Mauro Benevi-

IR: isenção cairá para parlamentar

A Comissão de Sistematização deverá aprovar hoje, à noite, parecer do deputado Adolpho de Oliveira (RJ), líder do PL, extinguindo a isenção do imposto de renda para magistrados, militares e parlamentares.

A comissão decidirá, preliminarmente, se essa extinção pode ser adotada através de projetos de decisão, como foi apresentada pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS). A extinção é inevitável porque não há no Congresso, pelo menos ostensivamente, um defensor da isenção.

ETICA

Em seu parecer, o deputado Adolpho de Oliveira frisa ser "irrecusável o argumento de que a isenção (parlamentares, militares e magistrados) em causa se constitui num privilégio insustentável, especialmente se visto à luz dos pressupostos que informam o regime democrático".

Em seu projeto de decisão, o deputado Victor Faccioni acentua que "com inerte procedência e justificada indignação, os cidadãos deste País têm tomado conhecimento de que, enquanto sofrem uma abusiva espolição, via tributação da renda, os parlamentares quase não pagam imposto sobre os seus ganhos".

"Enquanto não for sanada essa aberração — destaca Faccioni — carece esta Assembleia de força moral e autoridade de fato para redigir a Constituição do País, que espera dos parlamentares exemplos de austeridade. Este é um imperativo cívico que deve preceder a elaboração da nova Constituição".

Lobby mantém presença na Constituinte

Dezenas de entidades civis se credenciaram junto às primeiras secretarias da Câmara, do Senado e da Constituinte, com o objetivo específico de fornecer subsídios aos parlamentares e, ao mesmo tempo, levantar informações acerca do andamento dos trabalhos da assembleia. É o chamado "lobby legal", que atua na defesa dos interesses de segmentos sociais, categorias profissionais, etc.

Mas existe também o lobby clandestino, de atuação ilegal e que supostamente recorre a métodos "não convencionais" de convencimento. Esta semana o deputado Walmore de Luca, do PMDB de Santa Catarina, se referiu claramente a pressões que estariam sendo feitas por banqueiros sobre a subcomissão do Sistema Financeiro. O Constituinte Luiz Gushiken, do PT de São Paulo, chegou a subscrever nota à imprensa, com denúncia nesse sentido.

O jogo de pressões sobre a Constituinte é um fato que os parlamentares admitem em certa medida, e até consideram natural. As pressões feitas as claras chegam a ser incentivadas, como norma de ampliar a participação da sociedade nos trabalhos da Constituinte. Por isso mesmo, em Brasília, além da atividade das sociedades civis, apareceu também a das grandes empresas. Algumas chegaram a montar escritório no capital.

Pessoal especializado foi contratado — por bom dinheiro — para fazer esse tipo de trabalho. Nos corredores das comissões e subcomissões, diariamente, dezenas de pessoas, geralmente carregando pastas de executivo, se dedicam ao difícil trabalho de fazer amigos e influenciar constituintes.

des (PMDB-CE) relatará amanhã, na reunião da Mesa da Constituinte, o projeto de resolução do deputado César Cals (PDS-CE) estabelecendo que a Constituinte decidirá, previamente, o sistema de governo. Cals alega que, adotado o parlamentarismo, a Constituinte terá um feito bem diferente do que se for mantido o presidencialismo.

A proposta de Cals foi considerada "inoportuna" pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator-geral da Comissão de Poderes e Sistema de Governo. Cals, no entanto, recorreu à Mesa da Constituinte que, de acordo com o regulamento, terá de dar parecer e submeter ao plenário a proposta.

O Grupo Parlamentar-

ta, presidido pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), está convencido de que a mudança de regime é inevitável. Em princípio, o Grupo preferia adiar a discussão da matéria, mas o agravamento da crise do Governo está favorecendo a votação da matéria.

Nelson Carneiro teme que, como em 61, o parlamentarismo seja aprovado em decorrência de uma crise, que acabará provocando outras. O casuismo será extremamente prejudicial. Como, porém, está sendo feita uma nova Constituição, a mudança do regime tem de ser resolvida pela Constituinte. Só que, na sua opinião, precisa definir sem emoções, sem medo de crises, mas doutrinariamente.

Carta de "esquerda" preocupa empresário

Da Sucursal

São Paulo — Os "Dez pontos da economia" divulgados na última quinta-feira por oito das maiores associações empresariais do País determinam o início de uma ofensiva, junto ao Congresso Nacional Constituinte, em defesa do liberalismo econômico. E marcam também a predominância entre esse empresariado de uma tendência que vem se acentuando nos últimos anos, da mudança do empresário que defendia a "intervenção do Estado em favor da minha empresa" para "nenhuma intervenção do Estado na economia".

Abertas as urnas das eleições de 15 de novembro, verificou-se que, apesar da ampla vitória do PMDB, o Congresso Constituinte era composto majoritariamente por políticos moderados. O PFL conseguiu uma razoável bancada que, unida aos "diretistas" e "centristas" do PMDB, garantiu esse predomínio.

Tal certeza levou ao desarme dos mecanismos de defesa do empresariado: não ocorrerá a temida vitória das esquerdas e, portanto, os constituintes produzirão uma nova Constituição conservadora.

A divisão de cargos nas comissões, patrocinada pelo PMDB, já deveria ter funcionado como um sinal de alerta. As presenças ficaram com o PFL, enquanto a elaboração dos relatórios foi entregue a parlamentares do PMDB. Isto é, o PFL

abre e fecha as seções mas quem diz o que a comissão pretende é o PMDB.

As sucessivas tempestades que desabaram sobre a economia brasileira continuaram desviando a atenção do empresariado e os mecanismos de defesa não chegaram a ser armados.

A reação começou a se armar quando se notou o volume de sugestões contrárias à economia de mercado e favoráveis à maior intervenção do Estado na economia, que começaram a ser discutidas nas subcomissões.

Nos últimos dois meses, um texto básico de contribuição empresarial à Constituinte circulou entre as entidades, recebendo sugestões.

Nas várias áreas de atividade econômica representadas nas assinaturas ao final do documento havia motivos concretos de preocupação.

Os pecuaristas, por exemplo, assustaram-se com algumas propostas em estudos na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, e que acabaram aparecendo nos relatórios finais. Flavio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, cita primeiro, a transformação da propriedade em mera concessão do Estado subordinada a uma obrigação social e portanto sujeita a arrecadação pelo Estado. E, segundo, limitação do tamanho das propriedades rurais em cem módulos.

Ele diz que "essas propostas estabelecem restrições ao desenvolvimento de qualquer agricultura moderna".

Conservadores reagem na Ordem Econômica

Pelo menos duas ou três subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica — Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária e Princípios Gerais e Intervenção do Estado na economia — poderão ter sérios problemas para a aprovação dos anteprojetos constitucionais elaborados pelos seus respectivos relatores: deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Virgildásio Senna (PMDB-BA). Em ambas subcomissões, o grupo de constituintes mais conservadores está preparando um substitutivo com o intuito de alterar completamente todos os artigos e posições ali defendidas.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), membro da subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, já solicitou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que autorize a apresentação de substitutivos. A solicitação, que não encontra respaldo legal no Regimento Interno da Constituinte, ainda não foi aceita. Porém, os conservadores pretendem lutar pela sua aprovação caso contrário, os conservadores serão obrigados a apresentar emendas para cada um dos artigos por eles rejeitados, o que poderá se tornar impossível em função da exigência de tempo disponível. Isto é, até amanhã.

Na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, o relatório do constituinte Oswaldo Lima Filho foi duramente criticado, tanto pelos conservadores quanto pelos parlamentares progressistas. Liderados pelos constituintes Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), os conservadores rejeitam, entre outros, o artigo que prevê a limitação máxima da propriedade rural em 100 módulos, conforme propõe o antepro-

to. Pelo contrário, defendem o direito da propriedade, uma vez que esteja produzindo, sem levar em conta os aspectos sociais, como por exemplo, a geração de empregos e a distribuição de renda da produção. Querem a manutenção do status quo do latifúndio, tal e qual existe atualmente.

Uma segunda questão que está preocupando os conservadores é o artigo referente à desapropriação das terras rurais, para efeito de reforma agrária. Acreditam que as indenizações devem levar em conta o valor venal do imóvel e não o valor do Imposto Territorial Rural (ITR), cobrado pelo Incra. Alegam que as desapropriações devem ser feitas indenizando-se o proprietário com o "preço justo".

O deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), também ligado à corrente conservadora, não concorda com uma política de distribuição de terras para os colonos sem terra. Em sua opinião, uma reforma agrária dessa natureza só irá criar "tumulto", porque esses trabalhadores não dispõem de recursos financeiros necessários para adquirir os implementos agrícolas indispensáveis à cultura da terra. Paulinelli acha que reforma agrária só se faz com muito dinheiro, aliada a uma política agrícola predefinida pelo Governo.

Os constituintes mais progressistas também atacaram o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho. As críticas ficaram centradas no artigo 7, que permite que pessoas físicas estrangeiras sejam proprietárias de imóveis rurais com área de até três módulos rurais: na fixação do limite de 100 módulos para as propriedades rurais; e na não-inclusão do instrumento da perda sumária para as terras improdutivas por um determinado período de tempo.

Tem início hoje uma semana decisiva



Cabral acompanha projetos polêmicos



Passarinho: nova Carta em dezembro

Entre lobistas cada vez mais atarefados e submetidos a pressões das mais diferentes origens e graus de intensidade, os constituintes viverão a partir de hoje uma semana decisiva para a elaboração da nova Carta Magna. Até o próximo dia 25, eles deverão discutir e votar os anteprojetos das subcomissões constitucionais, dando forma ao primeiro esboço da futura Constituição.

Em debate nas 24 subcomissões, estarão temas polêmicos como a reforma agrária, o papel das Forças Armadas, o sistema de governo do País, a liberdade de iniciativa econômica, a autonomia sindical e os direitos das minorias. Isto sem falar nas questões de repercussão moral e religiosa, como o aborto, a pena de morte e a própria liberdade de crença.

bastante discutido, conforme ele, é a redução da maioria eleitoral, dos atuais 18 para 16 anos. Quanto à ideia de extinção de todos os mandatos políticos no próximo ano, também questionada, o senador a considera praticamente vencida no seio da Subcomissão do Sistema Eleitoral.

Politicamente importantíssima, a Subcomissão do Poder Executivo é outro órgão bastante visado pelos apresentadores de emendas. Encarregado de definir o novo sistema de governo do País e o mandato do presidente da República, o subgrupo já recebeu dezenas de propostas neste sentido no início da noite de sábado, de acordo com informações de seu presidente, deputado Alérico Filho.

PRAZOS

Com o prazo para proposição de emendas encerrando-se às 24h de ontem, com exceção dos casos onde ocorreram atrasos na apresentação dos pareceres, as subcomissões têm toda esta semana para discutir e votar os novos relatórios — já com a inclusão das emendas aprovadas pelos relatores. Impreterivelmente no próximo dia 25, segundo o Regimento Interno da Constituinte, os anteprojetos devem ser encaminhados para as oito comissões temáticas, de onde saem no dia 6 de junho para a Comissão de Sistematização, e daí para o plenário.

Na avaliação do senador Jarbas Passarinho, até o final de dezembro a nova Constituição deverá estar pronta para promulgação. Ele admite que os parlamentares perderam muito tempo na discussão do regimento e na composição das Mesas da Câmara e da Constituinte. Agora que os prazos começaram a correr, contudo, acredita que os brasileiros conhecerão ainda este ano o texto da futura Carta Magna.

EMENDAS

No final da tarde de ontem, horas antes do encerramento do prazo para apresentação de emendas aos anteprojetos, a Secretaria Geral da Constituinte havia recebido cerca de 500 propostas neste sentido. O funcionário de plantão fez questão de esclarecer, contudo, que algumas comissões têm prazo até amanhã porque seus relatores atrasaram a entrega dos pareceres.

Ainda não se tem ideia de qual o relatório mais emendado. Na opinião do deputado Bernardo Cabral, relator da poderosa Comissão de Sistematização, contudo, os projetos mais polêmicos são os da Subcomissão do Poder Judiciário, o do Supremo Tribunal Federal, e da Subcomissão de Reforma Agrária, que estipula o pagamento em títulos do Governo para indenizações de terras desapropriadas.

Já o senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, considera "extremamente polêmica" a proposta que estabelece o papel das Forças Armadas, outro ponto

Nem o domingo escapa de emendas

Com a prorrogação até amanhã, à meia-noite, do prazo de entrega de emendas aos anteprojetos elaborados pelas subcomissões da Constituinte, o movimento de ontem pela manhã no Congresso Nacional foi pequeno. Mesmo assim, até às 12h, a Secretaria Geral da Constituinte recebeu cerca de 150 emendas, sendo 27 do deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB), destinadas à Subcomissão do Poder Executivo.

Nesta subcomissão encerrou-se o prazo de entrega de emendas à zero hora de hoje, porque ela está com os trabalhos adiantados dois dias com relação às outras 23 subcomissões. Ontem, haveria uma reunião para discussão do último anteprojetos da subcomissão do Poder Executivo, cancelada por falta de quorum. Alguns parlamentares e titulares apareceram ali como o deputado Humberto Souto (PFL-MG), que disse estar convencido da opção da Subcomissão do Poder Executivo pelo regime parlamentarista.

"Pessoalmente, defendo este regime com o mandato de Sarney por seis anos. Ele será o chefe do Estado e não do Governo e dentro do regime parlamentar-

ta, Sarney terá forte contribuição a dar, visto que foi parlamentar durante 28 anos. É uma pessoa tolerante, competente e o homem ideal para continuar na Presidência da República. E preciso buscar a legitimidade da maioria do Congresso, que fará o primeiro-ministro, num regime parlamentarista. O que predomina hoje é um confronto entre o PMDB forte e as decisões do presidente José Sarney", observou Humberto Souto.

Também na Subcomissão do Poder Executivo esteve ontem o deputado César Cals Neto (PDS-CE), que está apresentando um projeto de continuidade do mandato de Sarney até 1990, ano em que se realizam as eleições para os parlamentares do Congresso Nacional. "Tem sentido eleger prefeitos num ano e vereadores noutro?", indagou Cals, afirmando que no caso da Presidência da República é a mesma coisa.

Cesar Cals Neto destacou "a seriedade e o interesse extraordinários com que os integrantes da Subcomissão do Poder Executivo estão efetuando seus trabalhos". A seu ver, esta subcomissão está com os trabalhos adiantados e conti-

nuará seus esforços sem nenhum atropelo.

O deputado Agassiz de Almeida, que apresentou ontem 27 emendas à Subcomissão do Poder Executivo, acha importante dar boa coordenação aos poderes do presidente da República e do primeiro-ministro, caso o regime passe a ser parlamentarista. "Não podemos — afirmo — incidir num excesso de hibridismo, embaralhando as competências do primeiro-ministro e do Presidente. As atribuições têm de ser definidas para não acarretar mais tarde conflito de poderes".

Também ontem, o deputado Ivo Vanderlinde entregou à Subcomissão de Tributos uma emenda vedando à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tributos sobre atos praticados entre cooperativa e seus associados. A Associação Nacional dos Professores de Prática de Trabalho entregou à Subcomissão da Educação sugestão no sentido de que a profissionalização do estudante seja ampla, desde a iniciação, preparação e especialização em todos os níveis e graus de ensino. Nas demais subcomissões da Constituinte nada de novo praticamente aconteceu ontem pela manhã.

ANÚNCIO FONADO 223-2323